

CADERNO DE ENCARGOS

CONSULTA PRÉVIA

**“AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ALUGUER DE PALCOS E BANCADAS PARA PORTO COVO,
CASTELO E AV^a DA PRAIA PARA O FESTIVAL MUSICAS DO MUNDO 2018”**

PROCESSO N.º 628/2018

ÍNDICE

PARTE I	3
CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS	3
Cláusula 1.ª - Objeto	3
Cláusula 2.ª - Contrato	3
Cláusula 3.ª – Vigência do Contrato	4
CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	4
Secção I - Obrigações do Prestador de serviços	4
Subsecção I - Disposições Gerais	4
Cláusula 4.ª - Obrigações principais do prestador de serviços.....	4
Cláusula 5.ª - Prazo da prestação dos serviços	5
Subsecção II - Dever de sigilo	5
Cláusula 6.ª - Objeto do dever de sigilo	5
Cláusula 7.ª – Prazo do dever de sigilo	5
Secção II - Obrigações da Câmara Municipal de Sines	5
Cláusula 8.ª - Preço contractual.....	6
Cláusula 9.ª - Preço base.....	6
Cláusula 10.ª - Condições de pagamento.....	6
Cláusula 11.ª - Revisão de preços	7
Cláusula 12.ª – Adiantamentos.....	7
CAPÍTULO III- PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO	7
Cláusula 13.ª - Força maior	7
Cláusula 14.ª - Resolução por parte da Câmara Municipal de Sines.....	8
CAPÍTULO IV – CAUÇÃO E RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS	9
Cláusula 15.ª – Caução.....	9
Cláusula 16.ª - Foro competente	9
CAPÍTULO V -DISPOSIÇÕES FINAIS	9
Cláusula 17.ª – Subcontratação e cessão da posição contractual.....	9
Cláusula 18.ª - Comunicações e notificações	9
Cláusula 19.ª - Contagem dos prazos.....	10
Cláusula 20.ª – Gestor do contrato	10
Cláusula 21.ª – Legislação aplicável	10
PARTE II	10
Cláusula 22.ª – Especificações Técnicas	10
Cláusula 23ª - Atributos da Proposta	11

PARTE I

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª - Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência de procedimento pré-contratual que tem por objeto principal **a aquisição de serviços de aluguer de palcos e bancadas para Porto Covo, Castelo e Avª da Praia para o Festival Musicas do Mundo 2018**, nas condições previstas nas Especificações Técnicas definidas na Parte II do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 2.ª - Contrato

1. O contrato é composto pelo respectivo clausulado contratual e seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respectiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29.01, na sua atual redação - Código dos Contratos Públicos, doravante designado de CCP, e aceites pelo adjudicatário nos

termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal, nos casos em que a celebração implique a sua redução a escrito.

Cláusula 3.ª – Vigência do Contrato

O contrato mantém-se em vigor até à conclusão dos serviços, em conformidade com os respetivos termos e condições e disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessão do contrato.

CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Secção I - Obrigações do Prestador de serviços

Subsecção I - Disposições Gerais

Cláusula 4.ª - Obrigações principais do prestador de serviços

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços a obrigação de efetuar a prestação de serviços nos termos e nas condições previstas nas Especificações Técnicas definidas na Parte II do presente Caderno de Encargos;
2. O Prestador de serviços fica ainda obrigado, nomeadamente, a fornecer todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação de serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução dos referidos serviços, nos termos do artigo 452.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 5.ª - Prazo da prestação dos serviços

O Prestador de serviços obriga-se a executar os serviços objeto deste caderno de encargos, com todos os elementos referidos nas especificações técnicas previstas na parte II do presente caderno de encargos, e obriga-se a cumprir todos os prazos indicados na sua proposta.

Subsecção II - Dever de sigilo

Cláusula 6.ª - Objeto do dever de sigilo

1. O Prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Câmara Municipal de Sines, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respectiva obtenção pelo Prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 7.ª – Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II - Obrigações da Câmara Municipal de Sines

Cláusula 8.ª - Preço contractual

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Câmara Municipal de Sines deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no n.º 1 da presente cláusula inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Câmara Municipal de Sines.
3. Todos os encargos derivados da apresentação da proposta, assinatura do contrato, prestação de garantias e seguros são igualmente da conta do prestador de serviços.

Cláusula 9.ª - Preço base

Para a contratação em causa é fixado como preço base o valor de **€ 40.000,00 (quarenta mil euros)**, isentos de IVA, sendo este o preço máximo que a Câmara Municipal de Sines se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem objeto do contrato e funcionando como parâmetro base do preço contratual.

Cláusula 10.ª - Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela Câmara Municipal de Sines, nos termos da Cláusula 8.ª, serão pagas no prazo de 60 dias após a entrega das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva e devem ser acompanhadas de todos os elementos descritivos e justificativos que permitam a sua conferência.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a realização do serviço, sendo as faturas emitidas de acordo com os serviços prestados.
3. Caso as faturas apresentadas não sejam validadas pela Câmara Municipal de Sines porque desconformes com o contrato, esta comunicará tal decisão ao prestador de serviços, que deverá apresentar outras em sua substituição, devidamente corrigidas.

4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas serão pagas preferencialmente por transferência bancária, devendo na faturação ser indicado o respetivo IBAN.

Cláusula 11.ª - Revisão de preços

O valor contratual é fixo e não sujeito a revisão de preços.

Cláusula 12.ª – Adiantamentos

No âmbito da presente prestação de serviços, conforme determinado na alínea a) do art.º 292.º do CCP, os adiantamentos não podem ser superiores a 30% do preço contratual, podendo a Câmara Municipal de Sines proceder à retenção de 10% do valor dos pagamentos a efetuar, conforme previsto no n.º 3 do art.º 88.º do CCP.

CAPÍTULO III- PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

Cláusula 13.ª - Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao Prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respectiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Prestador de serviços, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Prestador de serviços de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Prestador de serviços não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

4. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 14.^a - Resolução por parte da Câmara Municipal de Sines

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a Câmara Municipal de Sines pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, mediante acordo prévio escrito entre as partes e com uma antecedência de 60 (sessenta) dias.

2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Prestador de serviços.

CAPÍTULO IV – CAUÇÃO E RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

Cláusula 15.ª – Caução

Não é exigida a prestação de caução, conforme determinado no n.º 2 do art.º 88.º do CCP.

Cláusula 16.ª - Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja, com expressa renúncia a qualquer outro.

CAPÍTULO V -DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 17.ª – Subcontratação e cessão da posição contractual

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do CCP.

Cláusula 18.ª - Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 19.ª - Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 20.ª – Gestor do contrato

1. Para efeitos do disposto no artigo 290.º - A do Código dos Contratos Públicos é designado como gestor do contrato:

Nome: Claudia Fernandes na qualidade de Assistente Técnica;

Telefone Fixo: 269860080

Email: claudia.fernandes@mun-sines.pt

2. Caso ocorra circunstância superveniente que imponha a alteração do gestor do contrato a mesma será comunicada ao Segundo Outorgante, no prazo de 10 dias, por via postal registada com aviso de receção a qual será junta ao contrato.

Cláusula 21.ª – Legislação aplicável

Em tudo o omissso no presente caderno de encargos observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29.01, na sua atual redação.

PARTE II

Cláusula 22.ª – Especificações Técnicas

O presente caderno de encargos tem como objeto **a aquisição de serviços de aluguer de palcos e bancadas para Porto Covo, Castelo e Avª da Praia para o Festival Musicas do Mundo 2018**, conforme Especificações Técnicas - Anexo I, o qual é parte integrante do presente caderno de encargos.

Cláusula 23ª - Atributos da Proposta

Nos termos do disposto no art.º 74.º n.º 1 alínea b) do CCP, o concorrente deverá apresentar a sua proposta instruída com o preço total expresso em algarismos e por extenso, prevalecendo em caso de divergência o extenso, com menção expressa de que ao preço total acresce o IVA, com indicação do respetivo valor e taxa legal aplicável.

CADERNO DE ENCARGOS – ANEXO I

**“AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ALUGUER DE PALCOS E BANCADAS PARA PORTO COVO,
CASTELO E AV^ª DA PRAIA PARA O FESTIVAL MUSICAS DO MUNDO 2018”**

PROCESSO N.º 628/2018

Especificações Técnicas

1. TRIBUNA A INSTALAR NO CASTELO

Duas arquibancadas com capacidade para 337 assentos (uma arquibancada com 156 lugares e Outra com 181 lugares), assentos com encosto e com sistema completo, a partir do nível "1 metro".

Assentos individuais ergonómicos com encosto. Estrutura tubular de aço galvanizado de 48,3 mm. de diâmetro e 3,2 mm, Espessura em tubo.

Fabricado de acordo com os requisitos de qualidade incluídos na norma DIN EN ISO 9001.

2. PALCO COM COBERTURA A INSTALAR NO CASTELO

2.1. PALCO

Plataforma de contraplacado antiderrapante com 16 x 12 metros a 1,50 metros de altura de cor preto;

Ondas sonoras de 3 x 10 metros e 8 x 10 metros;

Mesa para PA coberto com medidas de 6 x 3 metros a 0,20 metros de altura;

Mesa para PA coberta com medidas de 6 x 2 metros de 0,40 metros de altura;

Press imprensa com uma medida de 4 x 3 metros a uma altura de 0,60 metros com corrimão;

Escada e rampa de acesso ao palco com medidas de 8 x 2 metros;

Saia na parte frontal de cor preta.

2.2. COBERTURA:

Suporte de solo coberto com lonas de PVC de cor preta, retardador de chamas com grade técnica para suspender o equipamento de iluminação;

Medições externas de 19,50 x 13,50 metros;

6 torres de 2 toneladas com motores de 6 CM;

Capacidade total de carga de 12.000 Kg.

3. PALCO COM COBERTURA A INSTALAR NA AVENIDA VASCO DA GAMA

Contraplacado antiderrapante com sistema EV com 13,46 x 12,42 metros a 1,80 metros de altura com uma capacidade de carga de 750 Kg /m²;

Escada e rampa de acesso;

Ondas sonoras com medidas de 4.14 x 8.28 metros;

Paredes laterais e traseiras duplas a 10 metros de altura, com câmara preta em PVC preto à prova de fogo;

Cantilever simples a 10 metros de altura para jateamento com feixe IPN.

Saia preta dianteira para palco e perímetro forrado de todo o conjunto com ráfia preta

Cobertura do modelo de alumínio do tipo Layher Keder XXL apoiado nas paredes laterais do palco.

4. PALCO A INSTALAR EM PORTO COVO

Plataforma de contraplacado anti-derrapante com medidas de 10 x 8 metros de 1 a 1,50 metros de altura (terreno com desnível), ondas sonoras com medidas de 2 x 6 metros, plataforma de aterragem.

5. BARREIRAS ANTI-PANICO

44 metros lineares de barreiras anti-pânico com colocação (sem transporte) + duas portas.

22 metros + porta no palco do Castelo;

22 metros + porta no palco da Avenida Vasco da Gama;

12 plataformas tipo nivoflex (Entrega no Castelo):

6 plataformas tipo nivoflex com 40-60 pernas

6 plataformas tipo nivoflex com pernas de 60-100

10 paletes tipo nivoflex (Entrega na praia):

-5 plataformas tipo nivoflex com 40-60 pernas

-5 plataformas tipo nivoflex com pernas de 60-100

6. OUTRAS INFORMAÇÃO

- Lugar do evento: Porto Covo e Sines, Portugal;

- Data do evento: de 19 de julho a 22 de julho de 2018 em Porto Covo e de 23 de julho a 28 de julho de 2018;

É da responsabilidade da CMS o aluguer de grua para montagem e desmontagem da cobertura a instalar na Avenida Vasco da Gama;

A CMS dará acesso livre para reboques na área de montagem bem como livre movimentação de máquinas, a área de trabalho será nivelada e compactada, e haverá vigilância de todos os materiais desde a chegada até a retirada do local de montagem.

Datas de montagem e desmontagem:

Palco de Porto Covo: montagem terminada a 17 de Julho. Desmontagem terminada a 23 de Julho;

Palco Castelo: montagem terminada a 21 de Julho. Desmontagem terminada a 31 de Julho;

Palco Avenida: montagem terminada a 21 de Julho. Desmontagem terminada a 31 de Julho.

NOTA: Poderá existir a necessidade de algumas alterações às datas acima indicadas.